

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARINA MORENA ROSA ALVES

**O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO ENSINO MÉDIO**

NITERÓI
2016

MARINA MORENA ROSA ALVES

**O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
da Universidade Federal Fluminense,
com requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciatura em Ciências
Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata de Sá Gonçalves

NITERÓI
2016

**O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO ENSINO MÉDIO**

Marina Morena Rosa Alves

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovada em: de março de 2016

.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Renata de Sá Gonçalves (Orientadora) - PPGA/UFF

Prof.^o Me. Charles da Fonseca Lucas - UFF

Prof.^a Dr.^a Hélène Cécile Petry - UFF

NITERÓI
2016

“A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro.”.

Anete Abramowicz

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância de uma formação qualificada preparatória dos professores de Sociologia para atuarem no contexto da diversidade na Educação Básica. A Constituição Federal garante as pessoas com necessidades especiais o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino, entretanto o que se observa é uma grande deficiência na formação de professores para a atuação em turmas inclusivas. Nesse sentido, este trabalho busca tratar da Educação Inclusiva no Ensino Médio, tendo em vista a importância e a necessidade de abordar a inclusão escolar no contexto da diversidade. A análise foi desenvolvida a partir da problematização das deficiências da formação do professor de Sociologia, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, apresentando as possibilidades de uma atuação docente inclusiva no Ensino Médio em uma instituição pública. Este estudo teve como locús privilegiado, a Unidade Escolar São Cristóvão III, do Colégio Pedro II, na qual foram feitas observações diretas sobre o cotidiano escolar, conversas informais com professores de Sociologia, alunos, e acompanhamento do trabalho realizado no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no período do estágio docente supervisionado, durante o ano letivo de 2014.

Palavras-chave: Educação Inclusiva - Formação de Professores - Ação docente inclusiva - Ensino Médio - Colégio Pedro II.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR	6
O ENSINO DA DISCIPLINA SOCIOLOGIA NO COLÉGIO PEDRO II	8
ATIVIDADES DE COPARTICIPAÇÃO REALIZADAS.....	9
AS DEFICIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR	10
POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES DE INCLUSÃO NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO.....	13
AÇÃO DOCENTE INCLUSIVA	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

Introdução

O presente artigo levanta a problemática das deficiências na formação do professor de Sociologia, no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, diante do contexto de diversidade no espaço escolar, e a inclusão de alunos com necessidades específicas na Educação Básica, sem o subsídio de uma formação qualificada preparatória, situação que dificulta o processo de inclusão educacional destes alunos.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma crítica à formação dos professores de Sociologia diante da Educação Inclusiva, visando problematizar as deficiências dessa formação docente, e apresentar as possibilidades de uma atuação docente inclusiva na Educação Básica, tendo como base a experiência do estágio docente supervisionado na Unidade Escolar São Cristóvão III, no Colégio Pedro II, na qual é ministrado o Ensino Médio Regular e Integrado. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) desta unidade escolar constituiu o locús privilegiado dessa investigação.

Esta pesquisa se justifica pela importância da necessidade de debater sobre a Educação Inclusiva, na possibilidade de mudanças na formação docente que qualifiquem os professores de Sociologia a atuarem em turmas inclusivas, e ainda promover reflexões sobre a prática e ação docente no contexto de diversidade e inclusão no espaço escolar.

Metodologicamente este estudo apóia-se na análise etnográfica do espaço escolar, observações diretas, conversas informais, acompanhamento de atividades, além de pesquisa bibliográfica.

Antes de dar início a discussão é importante contextualizar o espaço escolar onde foi realizada esta pesquisa, bem como o ensino da Sociologia na instituição e as atividades de coparticipação realizadas, que motivaram o interesse pelo estudo da Educação Inclusiva.

Contextualização do espaço escolar

A pesquisa etnográfica deste trabalho foi realizada no Colégio Pedro II, uma tradicional instituição de ensino público federal, fundada na época do período regencial brasileiro, em 02 de dezembro de 1837, nomeada em homenagem ao imperador do Brasil, D. Pedro II.

O Colégio fica localizado no bairro de São Cristóvão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, em frente ao Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, também conhecido como a “Feira dos Paraibas”, que promove a cultura e o comércio de produtos nordestinos.

Na época de sua fundação, integrava um projeto civilizatório mais amplo do Império do Brasil, e tinha como finalidade a formação de uma elite nacional. Atualmente, o Complexo Escolar Pedro II é composto por 14 Unidades Escolares (UEs): Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo I e II, Niterói, Humaitá I e II, Realengo I e II, São Cristóvão I, II e III, Tijuca I e II.

A instituição ministra todas as etapas da Educação Básica, sendo sua prioridade, os Ensinos Fundamental e Médio, além de ministrar Educação Profissional Técnica de nível médio, integrada à Educação Básica, para concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos, e promover pesquisas aplicadas na área de educação e de formação de professores, estimulando o desenvolvimento de soluções sociais e educacionais. A partir de 2012, passa a ter status de Instituto Federal, oferecendo cursos de Pós-graduação *lato e stricto sensu* na área de educação e formação de professores.

A proposta política pedagógica do Colégio Pedro II é voltada para a formação integral de cidadãos críticos, jovens ativos e criativos, autônomos e autores, mais responsáveis, atuantes e transformadores. Em outras palavras, uma educação pública, de qualidade, voltada para a formação de seres humanos críticos e autocríticos, pautada em princípios éticos, de valorização da dignidade e dos direitos humanos, bem como de respeito às diferenças individuais e socioculturais. (*disponível no site do CPII*).

Existe uma diversidade socio-econômica, religiosa, cultural e étnica quanto ao perfil dos alunos do Pedro II. Hoje em dia, existem duas formas de ingressar na instituição, uma delas, através dos editais para sorteio público, que disponibilizam, geralmente, vagas para o 1º ano do Ensino Fundamental, e eventualmente vagas para outras séries do EF; a outra, a partir do processo de seleção e classificação de candidatos, que compreende vagas para o 6º ano do Ensino Fundamental e para a 1ª série do Ensino Médio Regular ou Integrado. Ainda há a possibilidade de ingresso de alunos oriundos da Educação Especial, cegos e de baixa visão, no sistema regular de ensino, na 1ª série do Ensino Médio, através do convênio que existe desde a década de 1980, entre a instituição e o Instituto Benjamin Constant (IBC), com o propósito de contribuir para o processo de inclusão escolar desses alunos.

O ensino da disciplina Sociologia no Colégio Pedro II

A Sociologia aparece como disciplina obrigatória no Ensino Médio, após a alteração da Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, determinando a obrigatoriedade do ensino da Sociologia, em todas as séries do Ensino Médio, da rede pública e privada de ensino, a partir da promulgação da Lei Federal nº 11.684 de 02 de junho de 2008. Entretanto, a disciplina faz parte da grade curricular do Colégio Pedro II desde 1927, e hoje é ministrada no Ensino Médio Regular e Integrado, para as turmas do 1º, 2º e 3º ano, tanto no turno da manhã, como no turno da tarde.

Mesmo a legislação não determinando obrigatoriedade no Ensino Fundamental, a instituição ministra a disciplina Ciências Sociais, do 7º ao 9º ano, em ambos os turnos. Os alunos têm de um a dois tempos de 45min das disciplinas Ciências Sociais e Sociologia durante a semana, e no Ensino Médio, mais dois tempos de 40min a cada dois sábados. Percebe-se que o ensino da disciplina é valorizado na instituição que prima pela formação de cidadãos críticos. A Sociologia é vista pelos professores que compõem a instituição como uma ação real de construção efetiva de cidadania e do senso crítico.

A instituição tem como método avaliativo a aplicação da prova escrita, que corresponde 70% da nota total das disciplinas, e outros tipos de avaliação como apresentação de seminários, trabalhos em grupo, entre outros, definidos pelos professores de cada disciplina, correspondendo os 30% restantes. A metodologia do ensino da Sociologia no Colégio Pedro II, não se restringe somente a aulas expositivas, conteúdistas, embora elas tenham grande peso e importância no ensino da instituição, no mesmo sentido, não se limita somente ao uso do livro didático como instrumento de apoio no processo de ensino aprendizagem e como única fonte de conhecimento, mas sim outras fontes como filmes, a literatura, artigos científicos, promoção de debates, entre outros.

O Colégio entende a escola como instrumento de transformação social e parte das necessidades do coletivo para a construção de um currículo próprio, que segue as diretrizes dos “Parâmetros Curriculares Nacionais”, articulando-se com que é cobrado pelos vestibulares, mas também busca atender as especificidades da realidade escolar da instituição, promovendo a construção de materiais didáticos diversos que complementam e enriquecem a aprendizagem do alunado. Com essa preocupação, um

coletivo de professores, grande parte da instituição, produziu o livro didático “Sociedade em Movimento”, incluído no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), voltado para o segundo seguimento do Ensino Fundamental, que compreende do 6º ao 9º ano, abordando os principais temas das Ciências Sociais.

Entende-se o Currículo da Sociologia no Ensino Médio como um produto cultural, núcleo de relações entre educação, poder, identidade social e construção da subjetividade; como uma forma institucionalizada para a constituição de sujeitos, de identidades sociais que atendam os propósitos da classe dominante; como um campo privilegiado na escola para a construção e para a disputa hegemônica. Nesse sentido, o currículo não pode ser pensado como um mero instrumento técnico, desprovido de intencionalidade social e cultural.

Atividades de coparticipação realizadas

A UESCIII, que contempla as turmas do Ensino Médio, possui um Departamento de Sociologia, no qual os professores desenvolvem atividades não só com os alunos, e para os alunos, mas também voltada a comunidade escolar, além de ministrar aulas. A exemplo dessas atividades, temos a realização de atividades na Semana da Consciência Negra, coordenada não só pela equipe de Sociologia, mas também pela equipe de Português e pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) como, por exemplo, apresentações de trabalhos de alunos abordando a questão racial no Brasil, apresentações musicais, de dança e teatrais abordando o preconceito racial e retratando a desigualdade social.

Os professores do Departamento de Sociologia têm grande preocupação com os alunos do NAPNE, e por isso, procura debater em suas reuniões pedagógicas semanais, formas de melhorar suas atuações docentes para promover uma maior inclusão desses alunos. Além disso, os professores têm a preocupação de está sempre oferecendo atendimento no NAPNE, no contraturno.

Durante o estágio supervisionado, acompanhei o trabalho realizado pelo NAPNE, participando da aplicação de avaliações na semana de provas, na qual atuei como ledora, assessorando os alunos cegos e de baixa visão que fazem as avaliações das disciplinas na sala de informática, com o apoio de um sistema operacional desenvolvido pela UFRJ, o DOSVOX, que auxilia os alunos no uso de ferramentas do computador. Além disso, participei de alguns atendimentos de Sociologia, que focou no dificuldade

dos alunos, observada pelos próprios professores, de interpretação de texto, e dificuldades na escrita. Nesse sentido, foi feito um trabalho a partir dessa demanda dos alunos, além de procurar tirar suas dúvidas, explicar conceitos, em outras palavras, todo um trabalho de *transposição didática*, que segundo Chevallard (1991) é o trabalho de transformação de um objeto de saber produzido pelo sábio (saber acadêmico, científico) em um objeto de ensino (saber escolar).

“Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O ‘trabalho’ que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de transposição didática.”

(CHEVALLARD, 1991, p. 39).

Para Yves Chevallard (1991), essas “transformações adaptativas” constituem-se em um processo de passagem do saber de uma instituição à outra, imprimindo novas formas a esse saber. A formação docente crítica e reflexiva, tal como defendida por Freire (1987), nos possibilita pensar e analisar a nossa ação docente, nos permitindo fazer esse trabalho de transposição, e o ensino para as pessoas com necessidades específicas demanda essas “transformações adaptativas” de uma forma diferenciada, a título de exemplo, temos o desenvolvimento de um projeto no NAPNE/UESCIII, criado por uma estagiária de Sociologia e supervisionado por um professor do Colégio Pedro II, que tinha como propósito trabalhar as relações de poder a partir do jogo de xadrez, uma forma lúdica de aprendizagem, que auxilia didaticamente no ensino de um conceito sociológico.

As deficiências na formação do professor de Sociologia para a inclusão escolar

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, trata especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial, definida por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais; perpassando todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior; além de definir que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade, com

currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades destes educandos. (BRASIL, 1996).

O público alvo da Educação Especial compreende as pessoas com deficiências físicas, as com deficiências sensoriais, abrangendo tanto as pessoas com algum tipo de deficiência visual, ou seja, cegos e as pessoas com baixa visão, quanto as pessoas com deficiências auditivas, surdos e as pessoas com deficiência auditiva parcial, além das pessoas com alta habilidade ou superdotação, e as com alguma deficiência mental.

Em dezembro de 1994, a Portaria Ministerial nº 1.793 reconheceu a importância de uma complementação dos currículos de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, recomendando a inclusão de disciplinas específicas que focalizam aspectos ético-político-educacionais relativo às pessoas com necessidades especiais.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, também há referência à inclusão e à formação de professores:

“A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação de professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.”

(BRASIL, 2001, p. 25-26).

MARTINS (2009) faz uma análise sobre a formação docente com vistas a Educação Inclusiva, evidenciando que mesmo com a existência da Portaria 1.793/94 e das Resoluções do CNE, ainda observa-se que muitas instituições de ensino superior não se estruturaram, no sentido de oferecer disciplinas com conteúdos relativos à Educação Inclusiva no seus cursos de licenciatura, e algumas o fazem, mas de maneira precária, através da oferta de disciplinas eletivas, ou com carga horária reduzida, como é observado no caso do ensino da Libras no curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFF, que diferentemente das outras disciplinas obrigatórias do curso, possui uma carga horária de apenas 30h, o que corresponde a metade da carga das outras disciplinas, fazendo com que esta seja ministrada num curto espaço de tempo, não favorecendo a aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos.

No que tange ao curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, em sua Matriz Curricular há apenas uma disciplina obrigatória que atua diretamente na promoção da formação de professores para o ensino na diversidade, que é o ensino da Libras que tornou-se obrigatória para todas as licenciaturas, sendo reconhecida como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas, a partir do sancionamento da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Além disso, são ofertadas pelos departamentos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, algumas disciplinas optativas de ênfase que, salvo raras exceções, abordam a questão da Educação Inclusiva, conhecimento de extrema relevância para nós, educadores em formação, atuarmos na diversidade e para a diversidade, seja ela socio-econômica, religiosa, étnica e cultural, e essa pluralidade de educandos também inclui pessoas com necessidades específicas. Nesse sentido, avalio a formação de professores do curso de licenciatura em Ciências Sociais, tendo também como base a minha trajetória enquanto formanda do curso, como ainda bastante deficitária. Como poderemos atuar na diversidade e para a diversidade, se não estamos sendo preparados para isso?

Nota-se que mesmo sendo garantido pela Constituição o direito à educação de qualidade as pessoas com necessidade especiais, no ensino regular em instituições públicas de ensino, ainda há uma grande deficiência na formação de professores para a atuação em turmas inclusivas na Educação Básica. Dessa forma, se faz necessária a criação de políticas públicas voltadas à implementação e concretização efetiva desses direitos e garantias, para que haja a inclusão total e legal dessas pessoas, o que não vem acontecendo na prática.

No contexto da formação docente, aponto como necessário, primeiramente, a inclusão de mais disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva, de caráter obrigatório, além da ampliação da carga horária da Libras, o desenvolvimento de atividades que proporcionem aos licenciandos maior contato com pessoas com necessidades específicas, em contextos escolares que ministram a Educação Especial ou em instituição que incluem esses alunos no sistema regular de ensino como, por exemplo, o Colégio Pedro II, e promover debates, oficinas, atividades para toda a comunidade acadêmica, afinal também existe diversidade na universidade. Como vamos trabalhar a inclusão se não agregando o coletivo? E ainda a promoção e conscientização da importância da formação continuada para o aprimoramento do nosso conhecimento,

necessário para a atuação na escola que se apresenta para nós na atualidade, para que possamos, cada vez mais, construir um ensino de qualidade na diversidade e para a diversidade.

“Acho importante a formação continuada, pois observo muita resistência de alguns professores, às vezes a gente vê resistência de alguns alunos, é um caminho, não tá consolidado ainda, você precisa continuar caminhando nesse sentido, e conquistando esses professores para que eles tenham uma outra visão sobre a educação, que eles aprendam a lidar melhor, pra que nós, eu me incluo nessa, eu também quero aprender mais, mas isso vai acontecer com eles aqui, não vai acontecer antes deles estarem aqui, a demanda está aqui, tá colocada, tá posta, e o quê que a gente vai fazer com isso?.”

(Professora de Sociologia, UESCIII).

Por uma Educação Inclusiva: ações de inclusão no sistema regular de ensino

O Colégio Pedro II desde a década de 1980, recebe alunos oriundos da Educação Especial, cegos e com baixa visão, a partir de um convênio firmado com o Instituto Benjamin Constant. Nessa época, o colégio somente recebia os alunos do IBC, ou seja, só existia um serviço de Educação Especial, com apoio total do próprio instituto. Na década de noventa houve outra tentativa de atuação e apoio aos alunos com necessidades específicas no colégio, que foi concretizada somente uma década depois.

Desde 2000, existe na instituição, um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, o NAPNE, que antes atendia somente alunos oriundos da Educação Especial, mas que hoje ampliou o seu público alvo e a sua área de atuação. A proposta do NAPNE/UESCIII é dar apoio e integrar, na comunidade escolar, todas as pessoas com alguma necessidade educativa específica. Sendo assim, ele é mais abrangente que o serviço de Educação Especial que envolvia somente as pessoas com deficiências, as com alta habilidade, e com problemas de conduta.

O NAPNE atende não só as pessoas oriundas da Educação Especial, ele amplia a sua atuação dando apoio também aos alunos que tem qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem, ou seja, as pessoas com TDA/H, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, pessoas com dislexia, em resumo, pessoas que tem outras necessidades

educativas que os impedem de atuarem normalmente como os outros alunos; por isso a mudança do termo Especial para Específico na sigla do núcleo.

Além de atender aos alunos, o núcleo dá apoio aos professores que, na sua maioria, infelizmente não tem uma formação adequada que o qualifique atuar em turmas inclusivas; por esse motivo que é atendimento às pessoas e não somente aos alunos, por ser mais amplo, e contemplar outros atores da comunidade escolar. Para que esse processo de inclusão desses alunos que vêm da Educação Especial e são matriculados em turmas regulares, realmente ocorra, o núcleo tem trabalhado em parceria com a direção, a coordenação, com os professores, com o Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica (SESOP), com os inspetores, o pessoal da limpeza, enfim, com toda a comunidade escolar.

“(...) todo mundo aqui tem que estar envolvido na educação inclusiva, desde o pessoal da limpeza, os inspetores (...), pois eles também são educadores, eles também podem chamar a atenção dos alunos que fizerem alguma coisa errada, podem nos indicar um possível problema de um aluno, que nem a gente e nem os professores perceberam, então a gente tem que estar sempre trabalhando em parceria.”

(Coordenadora do NAPNE/ UESCIII).

Observa-se que a mediação feita pelos profissionais que atuam no NAPNE, entre os alunos que são atendidos pelo núcleo e os professores, seja ela direta, na produção de materiais em braile, e com especificidades diversas para os alunos de baixa visão como, por exemplo, a mudança no tamanho da fonte dos textos; na transcrição dos trabalhos dos alunos cegos, na atuação nos conselhos de classe e na intermediação direta entre os alunos e os professores; ou indireta, na pesquisa e atualização de programas de áudio que auxiliam os alunos nas avaliações, como o DOSVOX, ou promovendo debates e atividades que discutem, informam e instigam a comunidade escolar a procurar saber mais sobre a diversidade no espaço escolar, sobre as pessoas com síndromes e com deficiências, a exemplo dessas atividades, temos a apresentação do filme: “Hoje Eu Quero Voltar Sozinho” (2014), que aborda a sexualidade de um adolescente cego; têm contribuído no processo de adaptação e inclusão desses alunos no ensino regular.

Entende-se aqui que o processo de inclusão é contínuo, é uma luta diária, e que esses espaços de apoio como o NAPNE ainda são essenciais para a existência de uma Educação Inclusiva.

“Acho importante ter um núcleo na escola, um NAPNE, porque não é só receber os alunos, precisa saber acolher (...) precisa existir realmente um setor que ofereça estrutura, apoio, para podermos intermediar também, porque o professor também não sabe às vezes lidar com esses alunos, aí vem aqui e a gente dá umas orientações, umas dicas.”.

(Assistente administrativa do NAPNE/ UESCIII).

Ação docente inclusiva

A Educação Inclusiva, mediante as suas diretrizes educacionais, demanda mudanças tanto estruturais, quanto pedagógicas nas escolas. Dentre essas mudanças que objetivam a Educação Inclusiva temos a necessidade de uma transformação da ação docente na prática cotidiana escolar, para que essa inclusão efetivamente ocorra na escola. E como poderia ser essa ação docente inclusiva?

“A inclusão no meu ponto de vista, não é abrir a escola para o diferente, mas fazer uma escola diferente para que esse diferente de fato esteja aqui falando e se colocando, vivenciando a escola de todas as formas, e se desenvolvendo.”.

(Coordenadora de Sociologia, UESCIII).

Os NAPNE's que contam com profissionais voltados a assistência de pessoas com necessidades específicas, a fazer a mediação entre professores e alunos, e produzir materiais diferenciados, existem somente em instituições federais, entretanto, nós educadores podemos fazer algumas mudanças na nossa prática docente que facilitem o processo de ensino-aprendizagem desses alunos como, por exemplo, a utilização da audiodescrição (AD) que é uma modalidade de tradução intersemiótica criada com o objetivo de tornar as informações de materiais como filmes, peças de teatro, programas de TV acessíveis a pessoas com algum tipo de deficiência visual, pessoas cegas ou com baixa visão, fazendo uma transformação das imagens em palavras, não se restringindo a uma mera descrição, sendo ela uma recriação mais complexa, envolvendo informações sobre mudanças espaços-temporais, por exemplo. Essa ferramenta de acessibilidade pode ser realizada em qualquer turma inclusiva que tenha alunos cegos ou com baixa visão.

“Desde o ano passado eu tenho boa parte do meu material adaptado, os slides, por exemplo, eu tento fazer com textos, fazer a descrição das imagens, quando possível imprimo os textos que trabalho em sala com tamanho de fonte diferenciada para os alunos com baixa visão (...) acho que isso é parte do nosso trabalho, eu faço isso porque tenho que fazer mesmo.”.

(Professora de Sociologia, UESCIII).

Na coletânea *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*, organizada por Theresinha Guimarães Miranda e Teófilo Alves Galvão Filho, reúne trabalhos, resultados de pesquisas e relatos de experiências que apontam a importância do debate sobre as ações educacionais voltadas para uma educação de qualidade que promova a inclusão. Alguns desses trabalhos apresentam relatos sobre mudanças feitas na ação docente, em escolas da rede municipal de ensino, a partir de adaptações pedagógicas como, por exemplo, o uso de jogos como ferramenta de ensino, o uso da linguagem de sinais em atividades que envolvam materiais audiovisuais, e quando não é possível, legendas em português, audiodescrição que permite aos alunos deficientes visuais pleno acesso à informação de materiais audiovisuais.

As mudanças na prática docente também abrangem adaptações no método avaliativo, no caso dos alunos com deficiência visual do Colégio Pedro II, algumas questões que envolvem figuras, gráficos, ou são descritas, ou substituídas por outras questões; quando necessário, materiais didáticos táteis são produzidos para auxiliar na aprendizagem. No caso dos alunos com alguma síndrome que dificulta sua aprendizagem, são realizados atendimentos especializados para trabalhar as dificuldades desses alunos.

O atendimento no contraturno, para as pessoas com necessidades especiais é garantido por lei, mas na prática nem sempre ocorre. Ele é de extrema importância nesse primeiro momento de transição e inclusão desses alunos, e mesmo que não existam núcleos especializados de apoio em todas as escolas, nós enquanto docentes comprometidos com a educação pública, precisamos ter essa sensibilidade, esse tato com esses alunos, e procurar voltar a nossa prática docente para a inclusão.

“(…) uma preocupação sobre vídeo, quando nós professores de Sociologia passamos vídeo, do quê fazer em sala de aula, da dinâmica que vai ser realizada, se vai ter um aluno que vai acompanhar o aluno que não enxerga, narrando o vídeo, ou se vai ser a gente, evitar passar vídeos em inglês em turmas com alunos cegos e com baixa visão, levar um vídeo dublado, tentar ter atenção às avaliações, porque têm alunos que precisam de adaptações, não só com relação ao tamanho da fonte, não só com relação a descrição das imagens, mas alunos que tem outras necessidades que não são visuais, então, nós professores de Sociologia conversamos como é que a gente pode fazer diferente, se vai fazer uma correção diferente (...) na verdade nós estamos aprendendo, então cada ano que passa, melhoramos um pouquinho alguma coisa, outras dificuldades aparecem (...)”.

(Coordenadora de Sociologia, UESCIII).

Considerações finais

O atual cenário educacional brasileiro foi sendo modificado mediante as mudanças nas diretrizes educacionais, que reposicionaram a Educação Especial no âmbito da política educacional brasileira, propondo a inclusão social de pessoas com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem nas escolas.

A diversidade que se apresenta nas escolas do sistema público de ensino, com a inclusão de alunos com necessidades específicas no ensino regular público, demanda profissionais qualificados, preparados para atuarem na inclusão social desses alunos. Entretanto, observa-se em grande parte dos cursos de licenciatura ministrados em instituições de ensino superior, em especial no curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, uma deficiência na formação de professores, que acaba não os qualificando para atuarem na diversidade escolar; ainda uma carência na oferta de disciplinas que tratam da Educação Inclusiva, e de atividades e ações que aproximem os licenciandos dessa realidade pouco trabalhada na formação docente em Ciências Sociais. Nesse contexto, a formação continuada atua como um aprimoramento do conhecimento e habilidades necessários à prática docente inclusiva.

Como verificado, a Matriz Curricular da licenciatura das Ciências Sociais não abrange, em sua totalidade, as demandas de uma formação que promova a Educação Inclusiva. O que me faz questionar: Que professores estão sendo formados neste curso? Para quê e para quem?

A partir da análise das observações e vivências experienciadas no contexto escolar, pode ter um entendimento da Educação Inclusiva como um processo, que muitas vezes, demanda lutas diárias, e que só é possível quando envolve o coletivo. Ainda, que ela não se restringe apenas a garantia ao acesso à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino, mas também na concretização efetiva desses direitos e garantias, para que haja a inclusão total e legal dessas pessoas, não só no papel, mas na prática, sendo necessária a criação de políticas públicas para que isso ocorra.

Além disso, percebeu-se a importância da ampliação, para todas as escolas, de setores especializados no atendimento as pessoas com necessidades específicas e dificuldades na aprendizagem, que acolham esses alunos e ofereçam estrutura, apoio e ferramentas para que estes consigam se incluir no sistema regular de ensino como, por exemplo, os NAPNE's nas instituições federais.

“A gente trabalha com ações que visam futuramente não existir mais NAPNE's, para não ter mais a Educação Especial, para que seja só educação (...) então o NAPNE é um núcleo que está compensando uma deficiência na educação.”.

(Coordenadora do NAPNE/ UESCIII).

Por fim, verificou-se a necessidade de uma mudança na ação docente, a partir de adaptações pedagógicas cotidianas, que leve em consideração a diversidade, individualidade, e necessidades dos alunos; buscando nessa ação crítica reflexiva, pensar, analisar, interpretar, questionar e aprimorar a sua prática. Nós, enquanto futuros professores da Educação Básica, não podemos perder as esperanças no processo de construção de uma educação para todos, sendo esta uma luta cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Centro Nacional de Educação Especial. **Plano Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC; CENESP, 1977.

_____. **Resolução n. 02/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

_____. **Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília : Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.436, 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 jun, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 1.793, de 27/12/94**.. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28/12/1994. Seção 1. p. 20767. Brasília: Imprensa Oficial, 1994.

CHEVALLARD, Y. **La Transposition Didactique: Du Savoir Savant au Savoir Enseigné**. Grenoble: La pensée Sauvage, 1991.

DUBET, François. **Quando o Sociólogo quer saber o que é ser professor**. Revista Brasileira de Educação, ns 5/6, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTINS, L. de A. R. “Políticas públicas e formação docente para atuação com a diversidade.”. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (Org). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 73-91.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

Outras fontes:

GRADE CURRICULAR DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - UFF

Disponível em: <<http://www.gso.uff.br>> Acesso em: 16 mar. 2016.

Documentos Eletrônicos:

Site do Colégio Pedro II (CPII). Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br>>

Acesso em: 14 mar. 2016.